



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/2017-SEPLAG, nos termos do Padrão nº 01/2002.

Processo SEI nº: 00410-00016017/2017-12

SIGGO nº.: 035294

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF), com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG nº 973.748, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e, de outro lado, a empresa **EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA** com sede na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.550, Conjunto 2.308, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, São Paulo - S.P, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.139.773/0001-68, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **MÁRCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA**, portador da cédula de identidade nº 08.807.456-2, expedida pela Secretaria de Estado da Casa Civil/RJ, e inscrito no CPF/MF sob nº 034.110.027-78, na qualidade de Sócio-Administrador da empresa, celebram o presente Termo pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 (2303202), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que culminou com a edição da Ata de Registro de Preços nº 03/2017-ANVISA (1999406), demanda da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC), especificada no Termo de Referência aprovado pelo Subsecretário da SUTIC/SEPLAG (2001274), com retificação (2509619); com fundamento no Decreto Distrital nº 37.667/2016; no Decreto Distrital nº 36.519/2015; no Decreto Distrital nº 36.520/2015; no Decreto Distrital nº 37.667, de 29/09/2016; na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014; na Proposta de Preços (2368064), ratificada (2577977), e na Lei nº 8.666/1993, e demais legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de Licenças de Sistema Gerenciados de Bancos de Dados Oracle e Options, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo garantia e atualização de software, conforme condições e especificações descritas no Termo de Referência (2001274), no Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017-ANVISA (2303202) e seus anexos, na Ata de Registro de Preços nº 03/2017-ANVISA (1999406) e proposta de preços da empresa (2368064), conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Licenças de Oracle Database Enterprise Edition	Processador	2	R\$ 152.850,00	R\$ 305.700,00
2	Licenças de Oracle Real Application Cluster	Processador	2	R\$ 76.025,00	R\$ 152.050,00
3	Licenças de Oracle Partitioning	Processador	12	R\$ 37.125,00	R\$ 445.500,00
4	Licenças de Oracle - Diagnostics Pack	Processador	2	R\$ 24.770,00	R\$ 49.540,00
5	Licenças de Oracle - Tuning Pack	Processador	2	R\$ 16.500,00	R\$ 33.000,00
6	Licenças de Oracle - Advanced Compression	Processador	12	R\$ 39.475,00	R\$ 473.700,00
TOTAL GLOBAL (R\$)					R\$ 1.459.490,00

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

4.1 - O CONTRATO será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202), a execução dos serviços contratados seguirá o seguinte cronograma:

ITEM	EVENTO	DATA DE ENTREGA	PERCENTUAL PAGO
I	Assinatura do Contrato	Dia D	0% (zero)
II	Fornecimento das Soluções	Item I + 30 dias	0% (zero)
III	Termo de Recebimento Provisório	No Ato da entrega das soluções	0% (zero)
IV	Termo de Recebimento Definitivo	Item III + 15 dias	0% (zero)
V	Ateste da Nota Fiscal	30 (trinta) dias	100% (cem por cento)

4.3 - A solução deverá ser disponibilizada em até 30 dias após a assinatura do contrato, onde a CONTRATADA deverá apresentar o Número de Identificação do Cliente Oracle (Customer Support Identifier - CSI) e a CONTRATANTE emitirá Termo de Recebimento Provisório. Após verificação da conformidade da solução com o contrato, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, em até 15 dias após o recebimento provisório.

4.4 - Durante o prazo de vigência contratual a CONTRATADA deverá prestar atendimento a todas as ocorrências registradas na sua Central de Atendimento, referentes ao objeto contratado.

4.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste CONTRATO, no Termo de Referência e na proposta da empresa, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7 - Os serviços de atualizações de versões e suporte técnico deverão ser prestados pela CONTRATADA, observada as condições do Termo de Referência.

4.8 - O serviço de suporte técnico consiste em:

4.8.1 - Resolução de dúvidas e esclarecimentos relativos à utilização e configuração das funcionalidades relacionadas a cada software componente da solução, enquanto estiver vigente a garantia mínima.

4.8.2 - Resolução de problemas que limitem ou impeçam o desenvolvimento ou execução das aplicações da CONTRATANTE que façam uso efetivo das funcionalidades dos softwares que compõem a solução, enquanto estiver vigente a garantia mínima.

4.8.3 - Deverá ser prestado 24 horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano, inclusive sábados, domingos e feriados e será acionado via portal web específico do cliente ou via ligação telefônica, enquanto estiver vigente a garantia mínima.

4.9 - A CONTRATADA deverá prestar o serviço de suporte via web e telefone, enquanto estiver vigente a garantia mínima.

4.10 - A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE um número de telefone que possibilite ligações gratuitas para sua central de suporte técnico, para fins de abertura e acompanhamento de

chamados, enquanto estiver vigente a garantia mínima.

4.11. A CONTRATADA deverá fornecer os identificadores e respectivas senhas de acesso para pessoas autorizadas a abrir e acompanhar os chamados de suporte, enquanto estiver vigente a garantia mínima.

4.12 - Na abertura de cada atendimento, a CONTRATADA deverá emitir um registro do chamado técnico contendo, no mínimo:

4.12.1 - Número do chamado;

4.12.2 - Data e hora de abertura do chamado;

4.12.3 - Severidade do erro.

4.13 - Os chamados serão abertos, pela CONTRATANTE ou por empresa por ela designada, quando então serão fornecidas as informações relativas ao problema detectado.

4.14 - A CONTRATADA deverá garantir que a CONTRATANTE efetue um número ilimitado de chamados de suporte durante a vigência do contrato para suprir suas necessidades de utilização dos softwares, sem ônus adicional.

4.15 - A CONTRATANTE informará o grau de severidade do problema detectado, obedecendo aos critérios estipulados no item Níveis de Serviço.

4.16 - As atualizações das licenças consistem em:

4.16.1 - Atualizações de programas, correções, alertas de segurança e atualizações críticas de patches (correção feita a um programa de computador);

4.16.2 - Atualizações fiscais, legais e reguladoras;

4.16.3 - Scripts de atualização;

4.16.4 - Acesso às bases de conhecimento da CONTRATADA;

4.16.5 - Versões principais de software e tecnologias, o que inclui: versões de manutenção geral, versões de funcionalidade escolhidas e atualizações de documentação.

4.17 - A CONTRATADA deverá disponibilizar as atualizações, modificações e/ou melhorias introduzidas nos softwares tão logo haja disponibilidade do material.

4.18 - A CONTRATADA deverá informar a descoberta de defeitos nos softwares especificados no Termo de Referência durante toda a vigência do contrato, devendo divulgar as descrições desses defeitos e seus possíveis impactos.

4.19 - A CONTRATADA deverá disponibilizar através de um sistema de suporte via internet, as informações sobre patches de correção, com as respectivas plataformas suportadas, para o software contratado, devendo deixar disponíveis para download, a partir do referido sistema de suporte via internet, as correções lançadas (patches).

4.20 - A CONTRATADA também deverá disponibilizar através do sistema de suporte via internet, o lançamento de versões de softwares com as respectivas plataformas suportadas para os softwares objeto da contratação, tão logo estejam disponíveis devendo deixar disponíveis para download, no referido sistema de suporte via internet, as versões lançadas.

4.21 - A CONTRATANTE deverá ter como opção executar ou não as atualizações do software disponibilizadas.

4.22 - As licenças e os serviços contratados deverão ser entregues na unidade sede da CONTRATANTE. (SUGESTÃO: As licenças e os serviços contratados deverão ser prestados e entregues na SEPLAG/SUTIC – Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, localizado no SAM Projeção H Ed. Sede CODEPLAN 1º ANDAR - BRASILIA/DF – CEP: 70620-000, conforme previsto no Termo de Referência SEI-GDF - SEPLAG/SUTIC/CODIN (2001274)

4.23 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202), no que tange ao **Nível Mínimo de Serviço**, elencam-se:

4.23.1 - Níveis de serviço são aspectos objetivos e mensuráveis estabelecidos entre a Contratante e a Contratada, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados aos serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, abrangência/coertura e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais foram estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela Contratada. Esses indicadores são expressos em unidades de medida, como por exemplo: percentuais, tempo medido em horas ou minutos, números que expressam quantidades físicas, dias úteis e dias corridos. No caso dos serviços de Suporte Técnico, a frequência de aferição dos níveis de serviço será a cada requisição ou necessidade de acionamento de suporte.

4.23.1.1 - A seguir, Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202), reproduz-se a **Tabela de Nível de Serviço para Serviços de Suporte Técnico**:

	NÍVEL DE SEVERIDADE	TEMPO DE RESPOSTA (HORAS CORRIDAS) (*)	TEMPO DE RESOLUÇÃO (HORAS CORRIDAS) (**)
Suporte Técnico e funcional	Crítica	4 horas	6 horas
	Alta	6 horas	14 horas
	Média	8 horas	48 horas
	Baixa	48 horas	72 horas
	Planejada	Tempo a ser acordado entre a CONTRATANTE e o fabricante da solução	
(*) Tempo de resposta = Prazo para iniciar o atendimento.			
(**) Tempo de resolução = Prazo máximo para resolução do chamado, após iniciado o atendimento.			

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total global do Contrato é de **R\$ 1.459.490,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa reais)**, e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 31.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 4.4.90.39

IV – Fonte de Recursos: 135

6.2 - O empenho é de **R\$ 1.459.490,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa reais)**, conforme **Nota de Empenho nº 2017NE01317(3233886)**, emitida em 08/11/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.2 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 - O CONTRATANTE não estará sujeito ao pagamento da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer do fornecimento irregular dos materiais ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.

7.7 - Verificada a existência de irregularidade fiscal ou trabalhista, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

7.8 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado da CONTRATADA.

7.9 - A CONTRATANTE, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

I - entrega defeituosa;

II - existência de débito da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, quer proveniente da execução do presente Contrato ou de obrigações ajustadas em outros contratos;

III - não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;

IV - descumprimento pela CONTRATADA de obrigações avençadas com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o fornecimento do produto ou a CONTRATANTE.

7.10 - O aceite/aprovação dos materiais pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela CONTRATADA verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

7.11 - O CONTRATANTE poderá interromper o prazo de processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a nota fiscal/fatura estiver em desacordo com o estabelecido no Edital e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo do CONTRATADO que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada, sem prejuízo do pagamento da parcela incontroversa.

7.12 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será observado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.13 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

7.14 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, alterado pelo alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, **equivalente a quantia de R\$ 72.974,50 (setenta e dois mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e da IN 02/2008-SLTI-MPOG recepcionada pelo Decreto nº 36.063/2014, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e

avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V – A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade de 12 (doze) meses, e após 3 (três) meses do término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a", observada a legislação que rege a matéria;

d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

e) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

g) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

h) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

i) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.2.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.2.2 - Após o término da vigência do contrato, podendo ser estendida em caso de ocorrência de sinistro

9.3 GARANTIA DO PRODUTO

9.3.1 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202), no que tange à **Garantia**, elencam-se:

9.3.1.1 - Entende-se por garantia de software a cobertura sobre todos os softwares fornecidos com relação a: defeito (bug), perda de funcionalidade, mau funcionamento, erro de projeto, ou quaisquer outros casos semelhantes em que venha a ser constatada a necessidade de substituição ou atualização do mesmo para resolver o problema (seja a instalação de uma correção, a adição de nova funcionalidade, a instalação de uma versão anterior ou superior, etc.).

9.3.2 - Garantia total por um período de **24 (vinte e quatro) meses**, incluindo todos os custos de suporte tipo hot-line (disponibilidade de atendimento por telefone), instalação, reparação e substituição do que se fizer necessário para o perfeito funcionamento da solução proposta.

9.3.3 - Todo licenciamento ofertado deve ser perpétuo sem expiração ou término de validade, de modo a não provocar a parada de qualquer funcionalidade exigida após o final da garantia;

9.3.4 - Deverão ser fornecidas correções, patches e novas versões tão logo estas se tornem disponíveis, após aprovação por parte da Contratante. O fornecimento das atualizações nos softwares estarão a cargo da fabricante;

9.3.5 - Caberá a Contratante a decisão por migrar ou permanecer em determinada versão de software, bem como aplicar ou não as atualizações de software, no caso em que estas novas versões/atualizações não forem obrigatórias;

9.3.6 - As mídias fornecidas, caso estejam defeituosas, deverão ser substituídas em até 10 (dez) dias a partir da comunicação da Contratante à Contratada. Caso o fabricante não disponha de mídias dos softwares, os mesmos serão aceitos em formato digital para download.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 - Sem prejuízo de suas prerrogativas contratuais, constituem-se especificamente obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1 - Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN 4/2014 SLTI/MPOG.

10.1.2 - Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.3 - Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

10.1.4 - Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

10.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada e atestada pelos fiscais do contrato, observando-se as disposições legais;

10.1.6 - Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação.

10.1.7 - Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.

10.1.8 - a CONTRATADA prestará os esclarecimentos complementares que se fizerem necessários acerca de seus padrões tecnológicos e normatizações internas, orientando nas implementações e procedimentos sempre que solicitado pela CONTRATADA.

10.1.9 - Notificar a CONTRATADA, quando for o caso, sobre qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, bem como acerca da aplicação de sanções ou penalidades;

Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em garantia que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis;

10.1.10 - Pronunciar acerca de atos relativos à execução do contrato, quanto ao acompanhamento e fiscalização, ao fornecimento, às exigências das condições estabelecidas no Edital de licitação, neste CONTRATO e na proposta de preços da contratada, e também quanto à aplicação de sanções e demais atos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 - Constituem-se obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 - Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

11.1.2 - Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

10.1.3 - Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.

10.1.4 - Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

10.1.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

10.1.6 - Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato.

10.1.7 - Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

10.1.8 - Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração.

11.2 - Constituem-se, ainda, obrigações da CONTRATADA:

10.2.1 - Cumprir o prazo de entrega do objeto contratado, de acordo com as cláusulas e condições deste instrumento;

11.2.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

11.2.3 - Informar à CONTRATANTE, os nomes e respectivos números dos documentos de identidade dos empregados porventura alocados nas dependências da mesma para prestação dos serviços objeto deste contrato;

11.2.4 - Responder por todo e qualquer dano que seus empregados, prepostos ou mandatários, causarem a CONTRATANTE ou a terceiros, que guardem relação com a execução do presente contrato, ainda que decorrente de ato culposo, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento a cargo da CONTRATANTE;

11.2.5 - Cumprir todas as exigências constantes no Edital e seus anexos e neste contrato sem qualquer exceção;

11.2.6 - Ficar a critério da CONTRATANTE a validação da documentação solicitada, devendo a contratada realizar as alterações necessárias à adequação da referida documentação sem ônus adicional;

11.2.7 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no volume do objeto deste Contrato, nos termos da legislação em vigor;

11.2.8 - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

11.2.9 - Cumprir rigorosamente todas as regras de segurança e normas internas vigentes nos estabelecimentos da CONTRATANTE quando da execução dos serviços, conforme política de segurança da CONTRATANTE previamente comunicada à CONTRATADA;

11.2.10 - A CONTRATADA obriga-se, sob as penas da lei, a não revelar por quaisquer formas de divulgação quaisquer informações, dados, materiais, documentos, especificações técnicas ou

comerciais, inovações e aperfeiçoamentos recebidos da CONTRATANTE em decorrência deste contrato, mesmo após seu término, obrigando-se a utilizar tais informações única e exclusivamente com o propósito de realizar os serviços objetos deste contrato e somente com as pessoas indicadas ou de conhecimento da CONTRATANTE;

11.2.11 - A CONTRATADA compromete-se a não utilizar o nome ou quaisquer marcas e/ou logotipos pertencentes e/ou utilizados pela CONTRATANTE sem sua prévia e expressa autorização;

11.2.12 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos de natureza trabalhista e/ou previdenciária devidos pela mesma em virtude da contratação da mão-de-obra por ela utilizada na prestação dos referidos serviços ao CONTRATANTE, inclusive as despesas decorrentes da rescisão de contrato do trabalho de seus empregados e daqueles contratados para prestar serviços em caráter temporário;

11.2.13 - Na eventual cobrança à CONTRATANTE de quaisquer taxas, impostos ou contribuições de responsabilidade da CONTRATADA, esta transferirá à CONTRATANTE todas as importâncias que forem necessárias para evitar que o mesmo faça qualquer desembolso a este título;

11.2.14 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

11.2.15 - Manter os seus técnicos identificados por crachás da empresa, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente aquele que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE;

11.2.16 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada a culpa ou dolo quando da execução dos serviços objeto do presente contrato;

11.2.17 - Responder pelo pagamento de todos os tributos e encargos fiscais e/ou para-fiscais, federais, estaduais e municipais, direta ou indiretamente relacionados com o objeto ora contratado;

11.2.18 - Comunicar de imediato à CONTRATANTE, por escrito, qualquer acidente ou ocorrência relacionada com os bens de propriedade da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, em função da execução dos serviços;

11.2.19 - Prestar os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento dos normativos legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal;

11.2.20 - Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

11.2.21 - Apresentar, durante a execução do Contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como, certidões negativas de débito salarial;

11.2.22 - Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, quanto à prestação dos serviços objeto desta contratação;

11.2.23 - É de responsabilidade única e exclusiva da Contratada a execução do objeto contratual;

11.2.24 - Não será permitida a subcontratação, pela Contratada, salvo no caso dos serviços de treinamento, desde que, por meio de parceiros autorizados pelo fabricante da solução;

11.2.25 - A CONTRATADA se compromete a cumprir os prazos estabelecidos neste Contrato, na Proposta, no Edital e seus anexos;

11.2.26 - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE;

11.2.27 - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

11.2.28 - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

11.2.29 - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

11.2.30 - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas,

representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

11.2.31 - A CONTRATADA também se obriga, ainda, a:

11.2.31.1 - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

11.2.31.2 - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

11.2.31.3 - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

11.2.31.4 - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

11.3 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202), no que tange a requisitos de segurança, elencam-se:

11.3.1 - Todas as informações geradas e armazenadas referentes aos atendimentos prestados serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA, em nenhuma hipótese, as utilizar ou divulgar, para qualquer finalidade, sem prévia autorização formalizada da CONTRATANTE.

11.3.2 - Todos os documentos, juntamente com quaisquer análises, compilações, estudos ou outros documentos elaborados pelo responsável, que contenham ou reflitam de outra maneira as informações confidenciais, próprias ou reveladas pela Contratante serão também consideradas informações confidenciais, e serão havidas como propriedade da contratante.

11.4 - COMPROMISSO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

11.4.1 - A contratada deverá manter sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos da CONTRATADA.

11.4.2 - A CONTRATADA deverá relatar eventos potenciais ou reais de segurança da informação ou outros riscos de segurança para a CONTRATANTE, no que se refere ao objeto do CONTRATO.

11.4.3 - A CONTRATADA e seus funcionários, quando estiverem prestando serviços no ambiente tecnológico da CONTRATANTE, poderão ser auditados quando sua navegação em sítios da internet e a utilização de quaisquer equipamentos.

11.4.4 - A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar.

11.4.5 - A contratada deverá assinar Termo de Compromisso e manutenção de sigilo (Anexo IV – Termo de Compromisso e manutenção de sigilo do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202), entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, por meio de instrumento próprio desta, estabelecendo compromisso de não divulgar nenhum assunto tratado na prestação de serviços, do objeto da licitação.

11.4.6 - O Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes (ANEXO V - do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202) deverá ser assinado por todos os empregados da contratada, que estiverem diretamente envolvidos na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, sem prejuízo das demais regulamentações legais.

12.2 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 - Caso a contratada não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006, nº 27.069/2006, nº 35.831/2014** e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), a contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da contratação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no site www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se

formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.11 – Disposições Complementares

13.11.1- As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

O CONTRATO poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Acompanhamento e Fiscalização

17.1 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 - ANVISA (2303202), a CONTRATANTE designará servidores para o acompanhamento e fiscalização do presente contrato, nos termos da legislação aplicável.

17.2 - O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.3 - A presença da fiscalização, a cargo da CONTRATANTE, não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA em qualquer ocorrência, atos, erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionadas.

14.4 - A fiscalização deverá ocorrer respeitar o Termo de Referência e a IN SLTI/MPOG nº. 04/2014.

14.6 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão Executora deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

14.7 - A Comissão Executora deverá analisar atestar e visar os documentos, inclusive de natureza fiscal, apresentados pela empresa;

14.8 - A qualidade do equipamento/serviço será avaliada em duas fases. A primeira avaliação será no

aceite preliminar e definitivo. A segunda fase de avaliação será durante a execução contratual.

14.9 - A qualidade do serviço na fase de execução contratual será avaliada pelos fiscais do contrato que reportarão ao gestor possíveis defeitos no serviço;

14.10 - A Comissão Executora poderá agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar o(s) serviços entregues se estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

14.11 - A SUTIC/SEPLAG manterá os seus próprios registros e anotações referentes à solução que servirão de base para a fiscalização contratual;

14.12 - As diligências aplicáveis são as previstas conforme § 3º, inciso VI, art. 43, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela **CONTRATADA**:

MÁRCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA
Sócio-Administrador



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 17/11/2017, às 20:05, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA, Usuário Externo**, em 20/11/2017, às 16:06, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **3356577** código CRC= **ED98F5BC**.

00410-00016017/2017-12

Doc. SEI/GDF 3356577